



SABER AMAZÔNIA

Revista da Universidade do Estado do Pará

Abril/Maio/Junho - 2016 Edição 7 - Ano III

Uepa forma primeira turma da Licenciatura Intercultural Indígena

Com olhar fixo no futuro, os novos professores seguem rumo aos desafios de ensinar os mais novos, aliando cultura, tradição e saberes ao conhecimento científico adquirido na Universidade.

Política afirmativa voltada para a formação indígena

Foto Renan Viana



A Constituição Federal assegura aos povos indígenas o direito de uma educação escolar diferenciada e a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem. A partir de 1988, esses deixaram de ser considerados grupos em extinção e passaram a ser reconhecidos como povos com o direito de manter sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições.

Dentro desse contexto, a Universidade do Estado do Pará (Uepa), ciente de seu papel social e da importância de formação de recursos humanos qualificados entre nossos povos indígenas, adotou desde 2011 uma política afirmativa educacional voltada para essa formação, sobretudo com o intuito de preservar a diversidade

da cultura indígena, tão importante na identidade do nosso estado.

A educação indígena nasce da diversidade, autonomia e liberdade de pensar o mundo, valores e significados de cada um dos povos. Essas sociedades, reconhecendo o papel a ser cumprido na reconstrução e afirmação de uma identidade, buscam garantir o direito a educação e nessa busca, percebem a necessidade de um modelo de educação voltada para o desenvolvimento sustentável local, com o intuito de superar o etnocídio educacional e possibilitar novos meios de sobrevivência humana para os povos indígenas.

Sabemos da importância da ampliação de uma política de educação voltada para esses povos como forma de diminuir as disparidades educacionais e preservar a cultura e as tradições dessa população. E hoje, certamente o Estado do Pará, através de sua Universidade, comemora a formação de 71 novos licenciados entregues à sociedade no dia 19 de abril de 2016.

A partir de agora, eles são os agentes principais na construção e perpetuação do conhecimento inserido na cultura de cada um dos seus povos, constituindo-se um passo fundamental para a preservação de sua riqueza étnico-cultural. Da mesma forma, o ensino, bem como a pesquisa e a extensão, poderão ser conduzidos por eles, debruçando-se sobre seus problemas a fim de buscar soluções que contribuam para a melhoria da qualidade de vida de cada povo.

E certamente o sonho não acaba aqui. Por que não sonhar com a especialização, mestrado, ou doutorado? Todo sonho é possível quando se quer e se tem a força guerreira, esta tão característica dos povos indígenas.

Saudações acadêmicas

Juarez Antônio Simões Quaresma

Reitor da Universidade do Estado do Pará

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

HELEÍZE ROBERTA OLIVEIRA SENA (2021 DRT/PA)
Assessora de Comunicação

FERNANDA MARTINS E RENATA PAES
Jornalistas

RAFAEL DIAS E SÉRGIO FERREIRA
Estagiários de Jornalismo

AMALIA PAES E RENATA CARNEIRO
Produtoras

JOSI MENDES
Designer

FÁBIO NOBRE
Estagiário de Design

SÉRGIO MORAES
Social Media

NAILANA THIELY
Fotógrafa

ENVIE SUAS SUGESTÕES E
DIVULGUE SUAS ATIVIDADES

CONTATOS:
(91) 3244-5201/3299-2221

SITE: www.uepa.br
E-MAIL: ascom@uepa.br

-  UepaOficial
-  ascom.uepa
-  biuepa
-  ascomuepa
-  @uepa_pa
-  @uepaoficial

CONTANDO NOS dedos a cultura indígena

Uma proposta de ampliar o sistema numérico do povo Gavião aponta para as mudanças suscitadas por contatos culturais, ao mesmo tempo em que permite que os indígenas desse povo protagonizem o controle sobre essas mudanças

Por Sérgio Ferreira

Um, dois, três, grande ou muito. São esses os elementos que constituem o sistema numérico do povo Gavião, composto pelos Kyikatêjê, Akrâtikatêjê e Parkatêjê, falantes da língua jê. Ele tem relação direta com a vida cotidiana do povo, já que os Gavião o usam para medir tempo e distância, saber a época da colheita e das festas, e confeccionar flechas e outros artefatos.

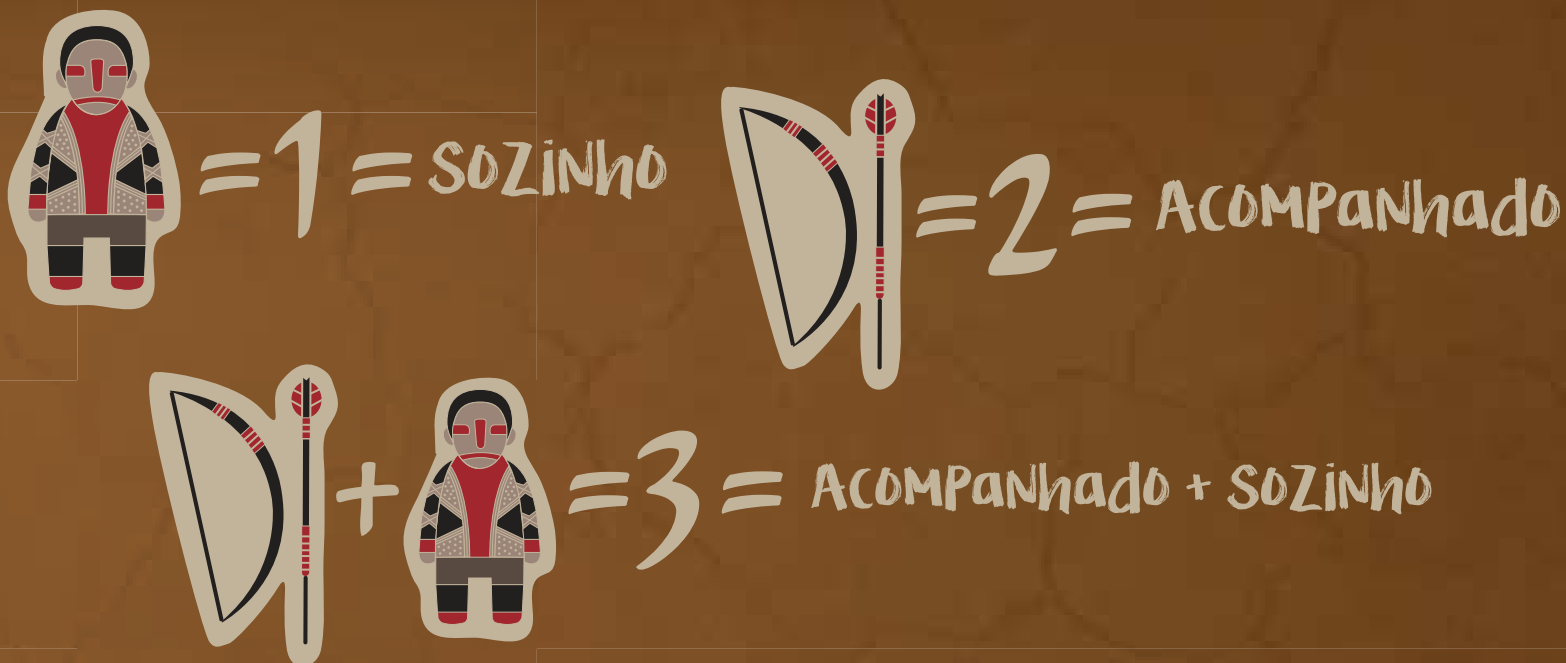
A proposta de ampliação da escrita e da fonética dos números foi feita pela professora indígena Parkatêjê, Takwyiti Hompryti Valdenilson. O objetivo do trabalho de Takwyiti é incorporar a lógica do sistema decimal, usada ao falar português, e criar nomes em jê para os números indo-arábicos.

Esse processo, no entanto, ainda está em andamento e não começou sem conflitos. Takwyiti sempre foi fascinada por matemática e partiu da inquietação que a movia: a ausência de ideias específicas para os números além de três. "Por que não existem números de 1 até 10 ou de 1 a 9? Foi a partir disso que eu trabalhei a etnomatemática. Tive que pesquisar a origem dos nossos números, que estiveram ali desde o nosso início. Só era preciso ampliar. Lá na aldeia, as pessoas falavam 'ah, a matemática é muito difícil'. Mas, sabendo que a matemática está no nosso cotidiano, vamos mudando essa ideia, trabalhando com a própria cultura".

Ela convocou reuniões com os outros habitantes da aldeia matriz dos Parkatêjê, a fim de deliberar sobre os números. De acordo com Takwyiti, os mais velhos e o cacique resistiram à discussão da mudança, afirmando ser desnecessária, pois warêtêti (muito/grande) e akôtâré (curto/pequeno) já eram suficientes para grandezas. Porém, após ela insistir na relevância da proposta, a opinião dos indígenas foi gradualmente mudando. Até os números começarem a ser pensados por toda aldeia.

Cada número expressa uma ideia. "Pyxit", o número 1, significa "sozinho", a ideia de um só indivíduo. O 2, "aikrut" significa "par" ou "acompanhado", duas pessoas. O três significa "o acompanhado mais o sozinho", a ideia de dois acrescidos pela presença de mais um. A partir disso, as coisas são definidas por "muito" e "grande".

Na proposta de Takwyiti, os nomes dos números estão relacionados a elementos reconhecíveis do dia-a-dia deles. O número 4, "hitô", por exemplo, expressa "patas da anta", que são quatro e são relacionadas com a quantidade. Mesmo assim, os nomes dos números ainda estão sendo discutidos pelos Gavião, não só Parkatêjê, mas também Kyikatêjê e Akrâtikatêjê, a fim de disseminar e consolidar as mudanças. ✕



NÚMEROS EM PORTUGUÊS	NÚMEROS EM JÊ	PROPOSTA de Takwyiti
1 (UM)	PYXIT	PYXIT
2 (DOIS)	AIKRUT	AIKRUT
3 (TRÊS)	HITÔ	HITÔ
4 (QUATRO)	WARÊTÊTI/	HÔTÔ
5 (CINCO)	AKÔTARÊ	HINKRÊ
6 (SEIS)		AIKÊ
7 (SETE)		HIKÊ
8 (OITO)		TEINÔ
9 (NOVE)		HUATI
10 (DEZ)		ATUI



▲ Takwyiti Hompryti Valdenilson, professora indígena. Foto Nailana Thiely.

“Só víamos os números 1, 2, 3. Hoje já dá para conferir e as pessoas já estão usando. Falta ainda se adaptarem, porque é algo novo. Mas esse ainda não é um trabalho terminado”

Educação Ambiental muda hábitos nas aldeias

A solução frente ao consumismo, que multiplica a produção de lixo e gera acúmulo de material, é o descarte correto e a separação do orgânico e do reciclável. Uma cartilha auxilia a comunidade nesse novo processo.

Por Renata Paes

Além de um problema das grandes metrópoles, os entraves na eliminação do lixo doméstico foram parar dentro das aldeias indígenas. As cidades se aproximaram dos povos, as populações cresceram, e com ela o consumismo. A caça, as frutas e as sementes adquiridas diretamente da natureza e utilizadas na alimentação somaram-se ao banquete regrado com refrigerantes e até enlatados. O resultado? Agressão ao solo durante o processo lento de decomposição e um ambiente propício à proliferação de insetos.

Diante desse cenário, em Bom Jesus do Tocantins, na Aldeia Krijöhere, do povo Gavião, a professora Ana Paula Sousa da Silva, 30 anos, decidiu conscientizar crianças, jovens, adultos e idosos acerca da necessidade do descarte correto do lixo. No local não há coleta seletiva. O carro coletor passa de manhã bem cedo, as segundas e quintas-feiras. De acordo com Ana Paula, em muitos casos quando o carro passa a comunidade ainda dorme. “Não há essa preocupação de ‘Meu Deus! O carro do lixo vai passar. Deixa eu pegar meu lixo’. Aí acumula. O lixo fica em frente as casas”, conta ela.

Os cachorros, os gatos e os vetores, baratas e ratos, rasgam os sacos de lixo. Em muitos casos, os restos ficam acumulados próximos às casas ou é descartado na natureza. “Antes o hábito era descartar na natureza. Esse hábito continua e vêm as consequências, porque agora não são apenas carcaças de animais, que é lixo orgânico. São também enlatados, metais pesados, fraldas descartáveis, embalagens plásticas, pneus automotivos, pilhas. Eles agredem o solo, que chegou aos lençóis freáticos, e vão desencadeando doenças”, diz ela.

Para conscientizar os indígenas, a professora começou um trabalho para mostrar o tempo que leva para o lixo se decompor e as possibilidades de reutilizá-lo. Ela criou a Cartilha para o Ensino da Educação Ambiental em Escola Indígena, com 15 folhas, que pode ser aplicada nas séries iniciais do ensino fundamental. Também houve um diálogo com os adultos. Após as orientações, a professora relata já sentir a diferença nos hábitos dos indígenas. A garrafa de amaciante, antes descartada, se transforma em vaso para as plantas e vasilhas para tirar água.

Até o lixo orgânico passou a ser reaproveitado. “As cascas de verdura aproveitamos na horta da escola ou numa horta no quintal para adubo. Não é certo misturamos o lixo molhado da cozinha com o lixo seco. Há proliferação de bactéria. O lixo que eu tratei a galinha, o tatu, jogo bem longe, dentro do mato, e não vai me prejudicar. Estamos correndo atrás de lixeiras para manter o lixo fechadinho e evitar que bichos rasguem e a chuva molhe”, explica ela. ✕

Timeline da Decomposição



“Não temos como evitar o consumo, mas temos como trabalhar o consumo controlado”

Ana Paula Sousa, indígena do povo Gavião.
Foto: Nailana Thiely



Arte para falar da vida de hoje e de ontem

Instrumentos musicais, artefatos rituais e adornos utilizados em festas são o principal recurso pedagógico da proposta de ensino de artes, para reforçar os traços da cultura Gavião entre os mais jovens

Por Sérgio Ferreira

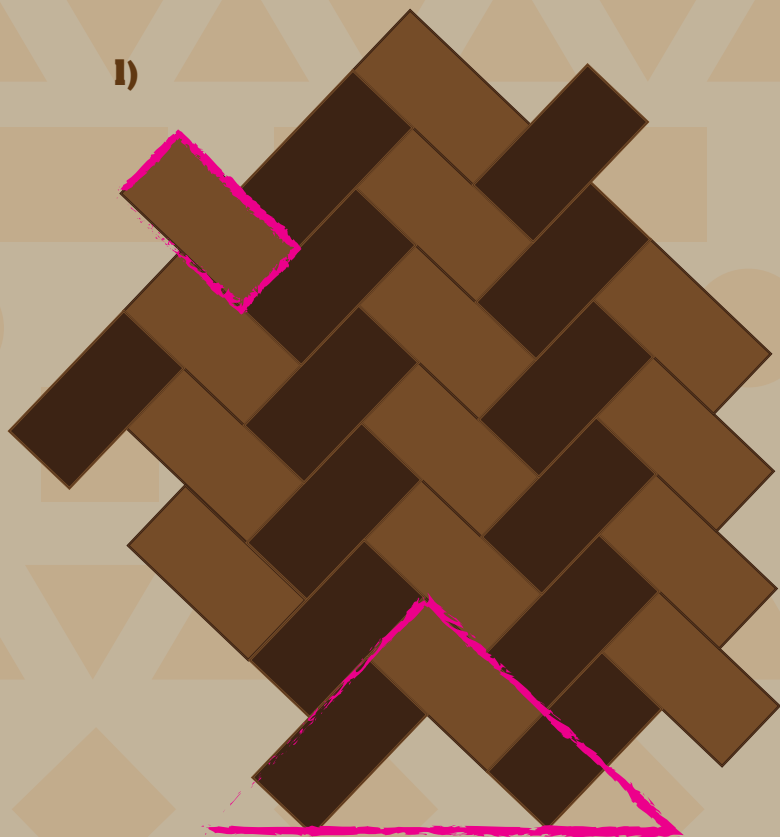
“Como revitalizar nossa cultura?” Esta é a indagação que moveu a professora indígena Kyikatêjê, Indiaria Silva dos Santos, que usa os artefatos da vida e da cultura dos Kyikatêjê para ensinar formas geométricas aos estudantes indígenas do ensino fundamental. A proposta tem as dimensões de ensino e difusão de conhecimento sobre o próprio povo. Os artefatos são tradicionais e muitos deixaram de ser confeccionados, por causa do uso de tecnologias na aldeia.

Os objetos têm origem ancestral e são usados no cotidiano de vários modos, como adornos, instrumentos musicais, de caça e pesca, e artefatos usados na vida doméstica. De acordo com a professora, os indígenas mais jovens não reconhecem os artefatos, não sabem confeccioná-los e não estão atentos à relevância cultural deles. “A ideia da minha proposta é que os jovens valorizem os artefatos, para que sejam passados às futuras gerações. Hoje eles não reconhecem mais os artefatos, não sabem para o que serve uma esteira, por exemplo. Veem os velhos usando, mas para os jovens esse objeto não serve para eles”.

Esses artefatos falam sobre o cotidiano, mas também sobre cultura e práticas milenares, sobre saberes antigos presentes na vida dos indígenas. De acordo com Indiaria, há um enfraquecimento da consciência sobre a própria cultura e das manifestações culturais, como língua e música. Por isso a professora delineou estratégias de ensino que usam esses elementos e os reinserem no cotidiano dos jovens, que passam a identificar os sentidos e o papel deles.

A professora trabalhou com artefatos. São eles: *ahim*, suporte para carregar crianças; *hõhiré*, buzina feita de palha de babaçu; *hohĩti*, buzina feita de bambu; *iaká*, adorno de guerreiros, feito da palha do babaçu; *katy*, esteira de palha de coqueiro; *krowa*, tora feita do tronco de sumaumeira; *panajapý*, enfeite para atletas de corrida de tora, feito de penas de arara; *potixwm*, artefato ritual para espantar assombrações e tempestades, feito de taboca; e *tepkrá*, artefato ritual feito da palha da bacaba.

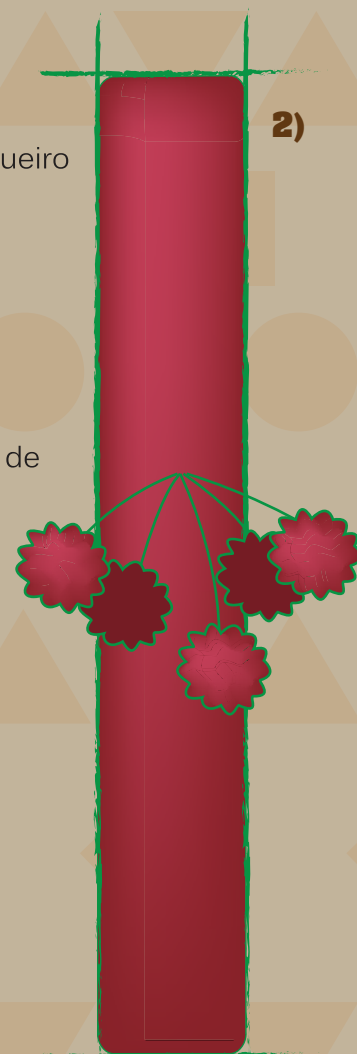
1)



1) **Katy** - esteira de palha de coqueiro
Forma Geométrica - Triângulo e retângulo

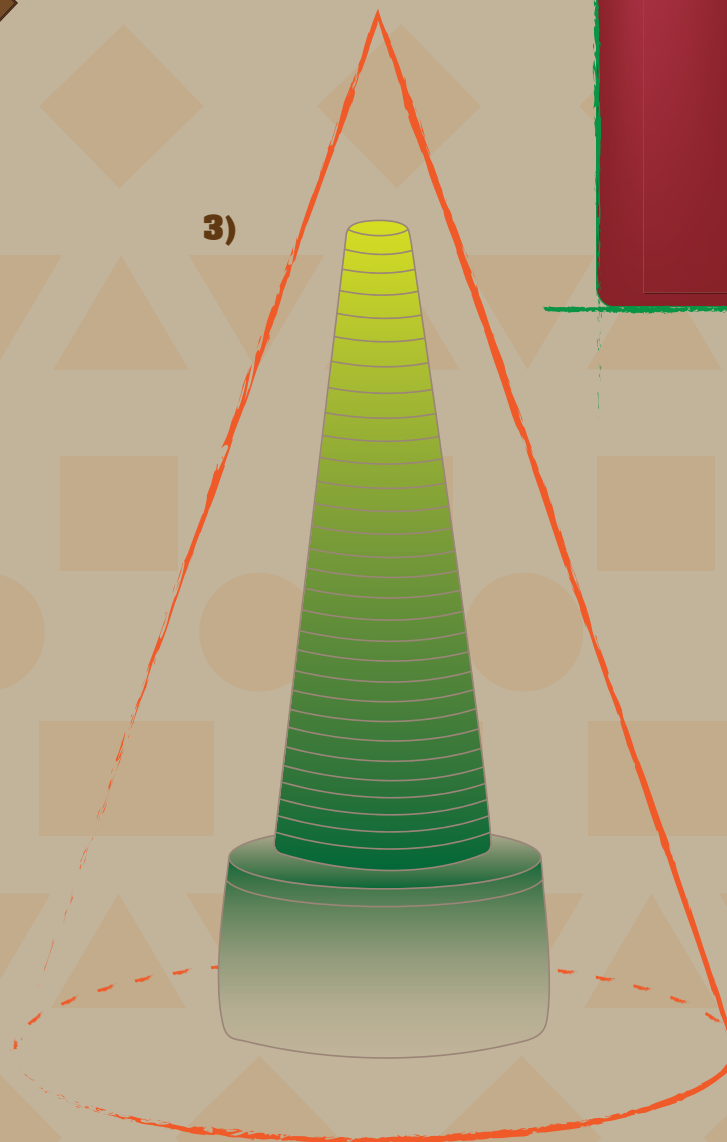
2)

2) **Ahim** - suporte para carregar crianças
Forma Geométrica - Retângulo



3) **Hôhiré** - buzina feita de palha de babaçu
Forma Geométrica - Cone

3)

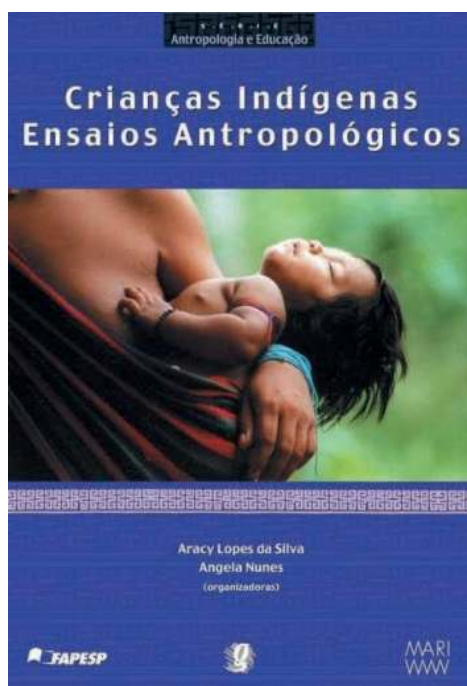


"Isso não é resgatar a cultura, porque ela não está morta. É revitalizá-la", afirma Indiarina, para quem os resultados foram positivos. Os alunos demonstraram interesse em conhecer os artefatos, foram instigados pelos professores e já tiveram a oportunidade de confeccioná-los. Por meio do ensino, os mais jovens tiveram a oportunidade de refletir sobre a necessidade de se reconhecer e de valorizar identidade, língua e tradições, de modo a trabalhar em conjunto para consolidá-las. ✨



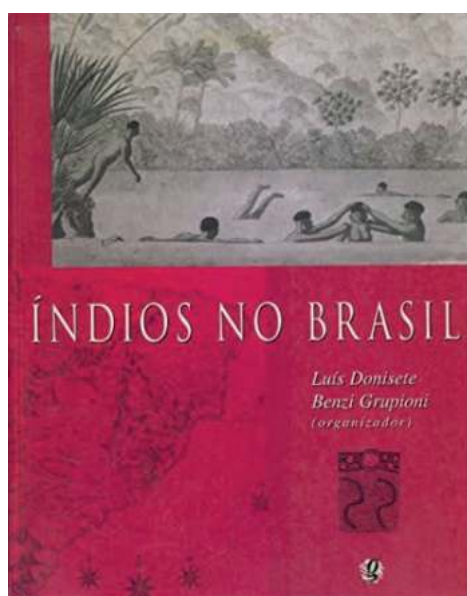
▲ Indiarina Silva dos Santos, professora indígena Kyikatêjê.
Foto: Nailana Thiely.

As indicações para esta edição da Revista permeiam a cultura indígena como parte integrante da formação da sociedade brasileira. Com foco na educação, as leituras a seguir incentivam a interculturalidade, como forma de desenvolvimento e aprendizado entre as pessoas.



Crianças Indígenas: Ensaaios Antropológicos

Como vivem as crianças indígenas brasileiras? Qual a contribuição que os estudos sobre a infância nas sociedades indígenas podem trazer à etnologia indígena e que impacto provocarão na produção de conhecimento antropológico? Nesta obra, as autoras Aracy Lopes da Silva, Ana Vera Lopes da Silva Macedo e Angela Nunes abrem possibilidades de reflexão para um novo olhar sobre aspectos que afetam diretamente a vida das crianças. O livro pode ser adquirido na NSF Distribuidora de Livros, localizada na Rua dos Mundurucus, nº 1490, bairro do Guamá, em Belém e custa R\$ 60,50.



Índios no Brasil

Uma certeza se impõe na leitura deste livro do antropólogo Luís Donisete Grupioni: os índios não fazem parte só da nossa história e participam do nosso presente. Eles precisam estar incluídos no horizonte e na definição de nosso futuro. O livro pode ser adquirido na NSF Distribuidora de Livros, localizada na Rua dos Mundurucus, nº 1490, bairro do Guamá, em Belém e custa R\$ 108,90.

Na web, o portal do Ministério da Educação (MEC) dispõe as seguintes diretrizes para a Educação Básica:

- Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena - Resolução CNE/CP nº1, de 18 de fevereiro de 2002.
- Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica - Resolução CNE/CP nº 5, de 22 de junho de 2012.
- Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas em cursos de Educação Superior e de Ensino Médio e dá outras providências - Resolução CNE/CP nº 1, de 07 de janeiro de 2015.

Confira essas e outras resoluções no <http://www.mec.gov.br/>



Projeto Vídeo nas Aldeias

Vídeo nas Aldeias (VNA) é um projeto que apoia as lutas dos povos indígenas para fortalecer suas identidades e seus patrimônios territoriais e culturais, por meio de recursos audiovisuais e de uma produção compartilhada com os povos indígenas. O Projeto permite que as comunidades indígenas tenham acesso a equipamentos audiovisuais para que eles mesmo sejam os produtores dos conteúdos dos filmes. Iniciado em 1986, pelo antropólogo e indigenista franco-brasileiro, Vincent Carelli, o Vídeo nas Aldeias possui uma longa trajetória que permitiu criar um importante acervo de imagens sobre os povos indígenas no Brasil e produção de uma coleção com mais de 70 filmes, a maioria deles premiados nacional e internacionalmente, transformando-se em uma referência nesta área. Os filmes podem ser adquiridos pelo site do projeto <http://www.videonasaldeias.org.br>.

Preservação da fauna fomentada em sala de aula



Foto: Natiana Thiel

Em um povo que tem como fundamento o apreço pelos animais, seria improdutivo abordá-los na escola seguindo o modelo da educação não-indígena. Na reserva Sororó, os animais têm alma, personalidade, e merecem proteção

Por Fernanda Martins

O respeito pelos animais é um dos pilares da cultura Surui Aikewara. Os bichos caçados são tratados com toda a reverência, pois deram a vida para nutrir os indígenas. Qualquer brincadeira ou desprezo com os restos mortais da caça podem fazer com que o espírito do animal torne o índio desrespeitoso doente. Com isso em mente, é lógico supor que os estudos de Ciências e Biologia precisariam de um novo sentido. E este chegou à sala de aula na Terra Indígena Sororo por meio do professor Warikatu Surui. Amante dos animais, ele desenvolveu uma cartilha onde une o conhecimento científico e tradicional acerca dos mamíferos presentes na reserva.

As aulas de Ciências com o professor Warikatu são sempre animadas. Os alunos são contagiados pela paixão do mestre pela natureza. E ele tem até um mascote para incentivar o aprendizado: o Brito, um veado campeiro de idade desconhecida que foi encontrado na mata quando filhote pelo sogro de Warikatu. Usualmente arisco, o bicho fica dócil e até lambe a mão do professor, num gesto de carinho. “O Brito é um amigo, não um animal de estimação. Cuidamos dele para que não morresse e ele sente o nosso amor”, conta.



Warikatu trata o veado campeiro, Brito, como um animal e estimação. Foto Nailana Thiely. ▲

Nas aulas, Warikatu utiliza a cartilha produzida e ilustrada por ele, que une os saberes e transmite aos alunos um conhecimento específico sobre os mamíferos da reserva. Nas páginas da cartilha, por exemplo, o veado se transforma em misara, o porco-queixada vira o tasahubom, enquanto o quati revela a origem do nome e vira kwati. “Desta forma, os alunos aprendem não apenas os aspectos biológicos do animal, mas sobre seu comportamento, conforme observado pelos mais velhos, e o nome na língua Aikewara. Assim preservamos o saber e ainda reforçamos o uso da língua”, resume.

Para Warikatu, o respeito pelo meio ambiente e a preservação dos recursos naturais da reserva serão consequências deste trabalho em sala de aula, que ele pretende ampliar. “O índio vive da floresta desde sempre. A caça e a pesca tem sido sustento por milênios. Por isso, aprendemos a honrar esse sacrifício da natureza em nosso favor. Não podemos deixar isso se perder, e a melhor forma de reproduzir o conhecimento hoje é na escola”, resume. Atualmente, a reserva Sororo abriga mais de 40 espécies de mamíferos, 11 deles na lista oficial de espécies da fauna brasileira ameaçadas de extinção. ✕



▲ Warikatu Surui, professor do povo Surui Aikewara. Foto: Nailana Thiely.

A história dos Surui Aikewara, pelos Surui Aikewara

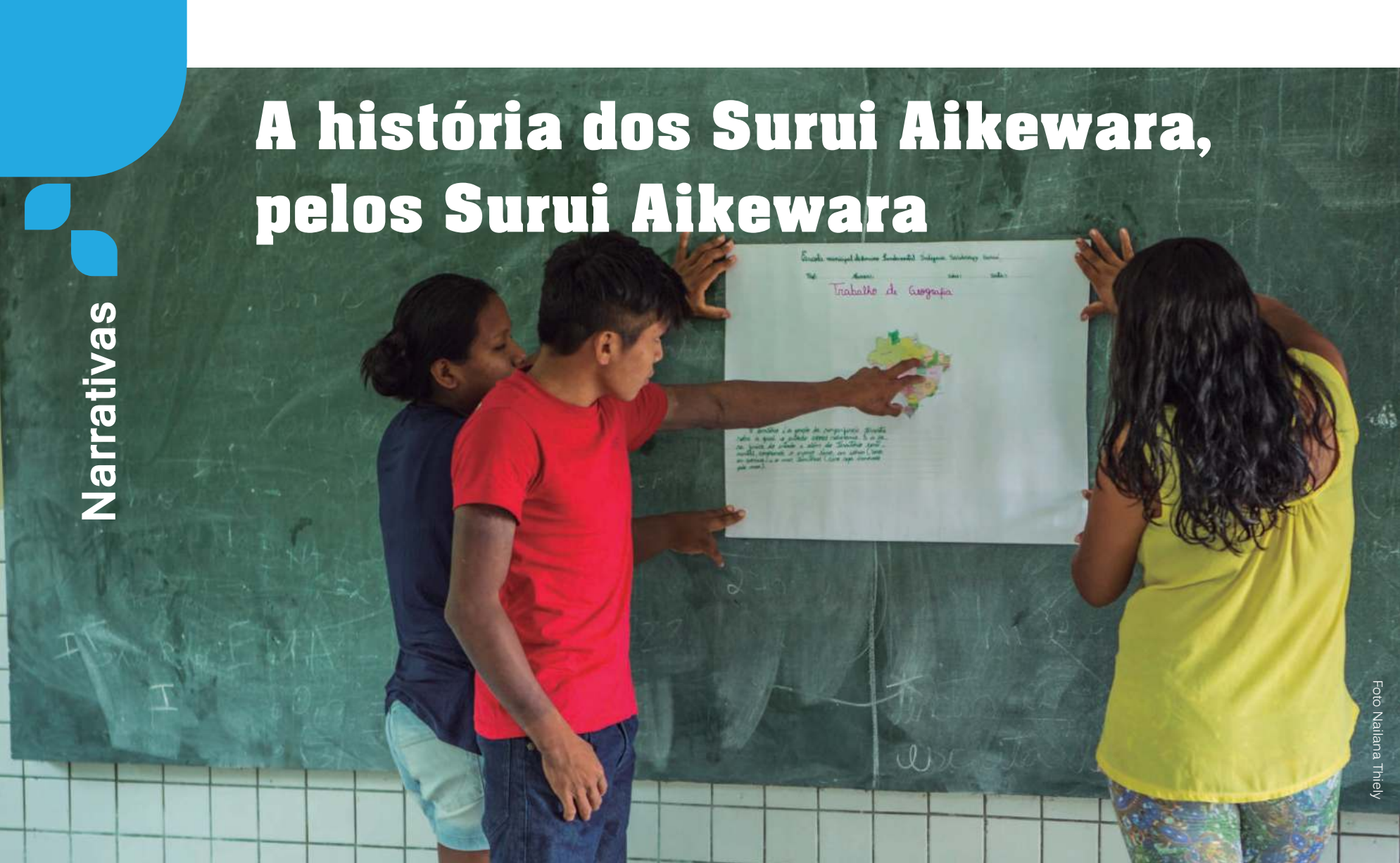


Foto Naitiana Thiey

A trajetória do povo narrada pelos próprios integrantes difere bastante daquilo aprendido nos livros. A partir de agora, eles também têm voz e anseiam por contar a realidade do que viveram nos últimos séculos

Por Fernanda Martins

O povo Aikewara tem uma história rica, emocionante e, infelizmente, desconhecida pela sociedade não indígena. O contato com o kamara (palavra usada para identificar o “homem branco”) foi desastroso para o povo, que foi dizimado por doenças como sarampo, gripe e catapora. Mas, o conhecimento acumulado até o encontro seguia reservado apenas aos mais velhos, guardiões da sabedoria milenar transmitida pela oralidade.

Os caminhos dos Surui ganharam registro e preservação com a pesquisa do professor Winurru Surui, que busca trabalhar o assunto nas aulas de História na escola Sawarapy Surui, dentro da Terra Indígena Sororó. Para iniciar o novo programa, o docente produziu uma cartilha que fala de costumes, tradições e de como o contato ocorreu de forma agressiva e traumática para os Aikewara.

As narrativas dos mais velhos foram o elemento base para que Winurru pudesse compor a história do povo. “Sempre tive muita identificação com a História, desde moleque, ouvindo as contadas pelos antigos. Quando tive a oportunidade de iniciar uma pesquisa científica, aproveitei para transformar estes relatos em algo fidedigno



Na sala de aula, as novas gerações conhecem histórias e relatos sobre o contato com o homem “branco”.Foto Nailana Thiely. ▲

historicamente”, conta. Ele cruzou os relatos colhidos com a História brasileira conhecida e o resultado foi uma cartilha, introduzida aos alunos de 6º ou 9º anos do Ensino Básico.

A cartilha emociona, contando desde aspectos como a contagem do tempo pelos Aikewara – observada no tempo das frutas e presença de certas aves e até insetos na floresta – até detalhes da usurpação dos indígenas pelo exército brasileiro durante a Ditadura Militar, que atuou na reserva Aikewara visando combater guerrilheiros na região do Araguaia. “Muitos sofreram privações para conseguir alimentos para as crianças e idosos, que ali eram mantidos como em cárcere privado e se sentiam impotentes diante das armas desconhecidas por eles e das cenas de terror e barbáries que foram submetidos”, relembra o professor.

Tudo isso, até então, permanecia guardado pelos mais velhos, testemunhas deste importante capítulo da História paraense que pouco foram ouvidos. “A História ensinada na sala de aula antes, muitas vezes conflitava com o que sabíamos ter ocorrido. Desta forma, ganhamos voz. As novas gerações terão conhecimento da nossa história, pré e pós contato com o kamara”, conclui Winurru. ✕



▲ Winurru Surui, professor do povo Surui aikewara. Foto Nailana Thiely.

O velho ato de andar na mata com um toque de modernidade

Foto Nailiana Thiely

E quem diria, os adolescentes indígenas modernos também apresentam problemas de concentração e têm dificuldades de localização na mata. No que depender do professor Tiapé Sirui, o problema já tem solução. Os métodos tradicionais de localização espacial são esclarecidos em mapas desenvolvidos com apoio da tecnologia atual.

Por Fernanda Martins

Por milhares de anos, os índios dominaram a floresta. A conheciam e navegavam por ela com tranquilidade. Porém, as novas tecnologias que tanto distraem a sociedade ocidental também tiveram efeitos na juventude indígena. Hoje, alunos e alunas das escolas das aldeias já encontram dificuldade de localização até dentro das reservas.

Percebendo isso, o professor de Matemática da escola Sawarapy Surui – da reserva Sororo dos Surui Aikewara –, Tiapé Surui, decidiu desenvolver mapas para ensinar aos alunos sobre localização espacial. Aliando o que há de mais moderno aos conhecimentos repassados pelos mais antigos da aldeia, ele busca reavivar nos jovens o senso de orientação na floresta.

Na história, o povo Surui Aikewara tem a tradição nômade. A escolha dos locais onde se estabelecer demandava um profundo conhecimento e observação da vegetação, das estrelas e dos sons da floresta, que

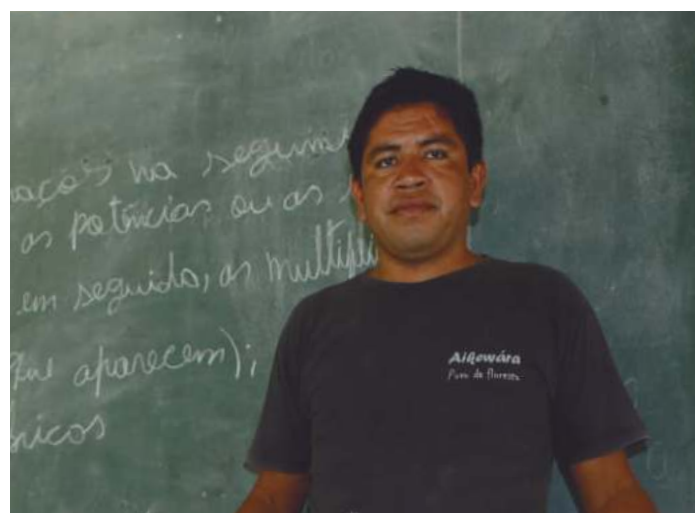


Mapas ajudam os mais jovens a se localizar dentro das reservas. Professor busca o senso de orientação na floresta. Foto Nailana Thiely. ▲

era inerente aos integrantes do povo. Porém, desde que a tecnologia chegou às aldeias, o adolescente indígena não difere muito dos pares não índios. “Antigamente, os mais velhos explicavam os caminhos e nós seguíamos, até que passávamos a conhecer a floresta. Os meninos de hoje não conseguem se concentrar quando explicamos os caminhos para eles, só querem saber do celular, ou qualquer outra distração. Se você dá a instrução de um caminho que ele precisa seguir para chegar a algum lugar, eles se perdem”, comenta o professor.

Para tentar contornar essa situação e potencializar um saber ancestral do povo entre os mais jovens da aldeia, Tiapé levou em consideração as inúmeras formas de orientação espacial tradicionais, como o sol, as estrelas, as constelações, o vento, o som dos pássaros, etc. A partir destes elementos naturais, unidos às tecnologias atuais de GPS (Em Português, Sistema de Posicionamento Global), o docente desenvolveu a cartografia da reserva em cinco mapas separados pelos temas: da aldeia; da distribuição dos castanhais (uma das principais atividades econômicas da reserva); dos igarapés e nascentes; da caça e da pesca; e dos sítios arqueológicos.

Na elaboração da pesquisa, muito material ficou de fora, o que o docente ainda pretende explorar em aulas futuras. “Além de ser um registro útil para toda a comunidade, os mapas funcionaram para ajudar os jovens e incentivá-los a conhecer a reserva, e ajudar a repassar para eles os saberes ancestrais que funcionam até hoje. Tenho várias outras ideias de mapas a serem desenvolvidos para aulas futuras”, adianta. ✕



▲ Tiapé Surui, professor de matemática do povo Surui Aikewara. Foto Nailana Thiely.

Um nome por trás da Licenciatura Intercultural

Joelma Alencar, professora que coordena o curso, é uma das referências quando o assunto é a educação indígena. Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte-UFRN, foi diversas vezes citada durante os discursos no dia da formatura da primeira turma por sua atuação. Nesta entrevista, a também coordenadora do Núcleo de Formação Indígena da Uepa e líder do Grupo de Pesquisa Estudos Indígenas na Amazônia-GEIA conta sobre as motivações da graduação, desafios e próximos passos para preservar a cultura, as tradições e a vivência indígena, em meio a sociedade não indígena.

Por Ize Sena



Em seu discurso, Joelma Alencar relembrou o primeiro contato que teve com os indígenas, a partir de idas às aldeias. Foto Nailana Thiely. ▲

Saber Amazônia: O que motivou a criação do curso?

Joelma Alencar: Desde 2007, a Uepa tem participado, efetivamente, da elaboração e execução de ações com povos indígenas. Com a realização da I Semana dos Povos Indígenas do Pará, em abril de 2007, em parceria com o Governo Federal e Organizações Indígenas locais, em que participaram representantes Indígenas, foi elaborada a “Carta dos Povos Indígenas”, que apresentou 60 (sessenta) proposições relativas aos problemas vivenciados pelos povos indígenas do Pará em setores prioritários como a educação, saúde, infraestrutura, proteção e valorização do patrimônio cultural, sustentabilidade econômica e geração de renda, proteção e gestão territorial. Dentre essas demandas, foi solicitado pelo Movimento Indígena que a Uepa pudesse ofertar formação em nível superior para os povos indígenas, iniciando pela Licenciatura Intercultural Indígena.

SA: Quais os desafios encontrados?

JA: Dentre os desafios estão a composição de um quadro docente qualificado, o que exige formação continuada a cada semestre, o financiamento para a execução das disciplinas e atividades do Curso, haja vista, que temos o Momento Comunidade em que há o deslocamento dos professores da Universidade até as aldeias indígenas, e, a desconstrução do preconceito institucional enfrentado pelos acadêmicos indígenas e



Profª Joelma em reunião com representantes indígenas da turma de Licenciatura Intercultural Indígena. Foto Nailana Thiely. ▲

pelos professores que atuam no Curso.

SA: Como conciliar os saberes tradicionais e os científicos? Podemos dizer que esse é um dos legados do curso?

JA: O Curso é orientado pela pedagogia intercultural, onde procuramos trabalhar com metodologias que considerem os dois saberes. As práticas pedagógicas abordam etnometodologias, metodologias contextuais, ou seja, que partem do preceito de que os saberes indígenas apresentam sistemas que devem ser considerados no processo de ensino e aprendizagem tanto quanto os sistemas utilizados pela ciência ocidental. Sim, o Curso deixa um legado aos povos indígenas que participam, pois possibilita a valorização dos saberes tradicionais indígenas, assim como, a apropriação dos códigos necessários para que esses povos formulem estratégias de resistência identitária, política, social e de diálogos necessários frente ao contato com a sociedade não-indígena.

SA: Qual a avaliação que a coordenação faz após a formatura da primeira turma?

JA: A formatura da primeira turma, composta por três povos indígenas, foi uma conquista tanto para a Universidade quanto para todos do Movimento Indígena que lutou desde o início para que o Curso acontecesse. Por parte da Uepa, principalmente por ter cumprido seu papel social e de democratização do acesso dos povos indígenas à formação superior. Sem dúvida, a Uepa contribuiu para a qualidade da educação na Educação Básica, uma vez que coloca no mercado 71 professores indígenas qualificados e preparados para atender as demandas de suas comunidades e de outras que necessitarem desses professores. Para os povos indígenas, foi a oportunidade de desconstruir os estigmas históricos, construídos ainda no início do processo de colonização, e, mostrarem para a sociedade que

“As práticas pedagógicas abordam etnometodologias, metodologias contextuais, ou seja, que partem do preceito de que os saberes indígenas apresentam sistemas que devem ser considerados no processo de ensino e aprendizagem tanto quanto os sistemas utilizados pela ciência ocidental.”



A oferta de um curso de pós-graduação é um dos projetos para a formação continuada dos novos professores. Foto Nailana Thiely. ▲

podem assumir seu sistema próprio de educação e que podem contribuir para uma Educação Escolar Indígena específica, diferenciada, bi-multilíngue e intercultural, que realmente atenda ao projeto de educação de cada povo indígena.

SA: Quais os novos rumos da Licenciatura Intercultural? Podemos pensar em pós-graduação?

JA: O trabalho realizado com a primeira turma nos possibilitou avaliar o que poderia melhorar no Projeto Político Pedagógico do Curso, então, realizamos alguns ajustes necessários e adequamos o Projeto às novas Resoluções aprovadas em 2015, pelo Ministério da Educação. As novas turmas que ingressaram, estarão sob a orientação desse novo projeto. Também estamos em uma fase de diálogo com os povos que solicitaram o Curso para 2017.

Em relação à formação contínua dos egressos do Curso, estamos trabalhando no projeto para a oferta da especialização, com previsão ainda para este ano de 2016.





Na página anterior, aluno Tembê se prepara para o cabo de guerra, na aula de Educação Física.

Ao lado, visão geral da aldeia Sororo, do povo Surui Aikewara, conhecida como “Aldeia Sede”.

Abaixo, o cacique Zé Grande, do povo Tembê, na aldeia Tauari, mostra sua morada.

Fotos Nailana Thiely.



Envie sua foto

Participe da galeria da Saber Amazônia e tenha sua imagem publicada. Envie seu registro para: ascom@uepa.br





Na página ao lado, em cima, o emocionante momento de entrega do capelo, pelo reitor, Juarez Quaresma.

Abaixo, na palma da mão, o registro da formatura e o compartilhamento da alegria pela conclusão do curso.



Acima, danças tradicionais, língua e música própria foram apresentados no encerramento da solenidade de formatura.

Ao lado, foto oficial da formatura da primeira turma de Licenciatura Intercultural Indígena.

Fotos Nailana Thiely.

Tem Física nas casas de farinha

Foto Natilana Thiehy

A Física costuma ser o bicho papão de grande parte dos alunos. Porém, na Terra Indígena do Alto Rio Guamá, a professora Franci trabalha para desmistificar a disciplina, demonstrando para os alunos que a Física permeia as atividades mais corriqueiras

Por Fernanda Martins

É impossível hoje pensar o paraense sem a farinha. Utilizado em diversos preparos culinários e como acompanhamento desde sempre, o ingrediente tem origem milenar e é uma das maiores heranças indígenas para a gastronomia local. Até hoje, o cultivo da mandioca e, conseqüentemente, a farinha, ocupam espaço de destaque na produção dos índios paraenses. Nas aldeias, a presença das casas de farinha é comum. Atenta a isso, a professora indígena Francilene Cruz, do povo Tembê, decidiu investigar os princípios da Física que regem as práticas realizadas nestes locais e levá-los aos alunos do Ensino Básico.

As casas de farinha já se modernizaram bastante desde os primeiros contatos com os colonizadores. Porém, o processo, todo desenvolvido pelos indígenas, permanece o mesmo. A mandioca é colhida, descascada e posta de molho para amolecer e fermentar (processo também conhecido como pubar). Em seguida, o tubérculo é ralado e prensado, momento em que se separa o líquido



Força e transferência de calor foram alguns dos princípios estudados em sala de aula. Foto Nailana Thiely. ▲

que dará origem ao tucupi. Depois de peneirado e torrado, finalmente obtêm-se a farinha de mandioca.

Há gerações, a família de Francilene – ou Franci como é conhecida na reserva Alto Rio Guamá – trabalha na produção de farinha. “Cresci acompanhando esse processo, que sempre mobiliza a aldeia inteira. As casas de farinha são parte fundamental da nossa cultura e foi por isso que decidi incluí-las em minha pesquisa”, conta. Ela aproveitou a identificação com a disciplina Física para observar a aplicação das leis no processo de fazer farinha. “Existem muitos momentos na feitura da farinha em que podemos observar a Física trabalhando. Princípios como a Força, a distribuição e transferência do calor, a observância da temperatura encontram ali exemplos práticos e acessíveis para os alunos, que, como eu, também possuem contato íntimo com o processo”, explica.

Para explorar isso em sala de aula, Franci desenvolveu material didático onde exemplifica os princípios. Trabalhando com alunos do Ensino Básico, ela pensa expandir os próprios ensinamentos. “Quero fazer também aulas práticas, trazê-los para as casas de forno e explicar a teoria junto com a prática, para melhorar a fixação do conteúdo e mostrar para eles que a Física é mais simples do que eles pensam e está presente no nosso cotidiano”, conclui. ✿



▲ Francilene Cruz, do povo Tembê, investigou os princípios da Física. Foto Nailana Thiely.

Esportes indígenas invadem a sala de aula



Foto Nailiana Thieley

Buscando reavivar as tradições do povo Tembé, a professora Keila Jawyxi, fez uma revolução nas aulas de Educação Física da escola Félix Tembé. Hoje, os alunos se animam com a perspectiva das aulas e torcem para que as quartas-feiras cheguem logo

Por Fernanda Martins

A competição corre nas veias dos indígenas. Em cada aldeia existe pelo menos um campo aberto para práticas esportivas. Graças ao contato, o futebol dominou a preferência dos índios. Ao perceber isso, a professora indígena Tembé, Keila Jawyxi, decidiu intervir. Responsável pelo ensino de Educação Física no anexo da Escola Félix Tembé, na aldeia Pino'a, ela reintroduziu a prática de esportes tradicionais dos Tembé para os alunos, dentro e fora de sala de aula. Devido à resposta positiva dos alunos e da comunidade, a docente planeja estender o programa para toda a escola.

Em dia de aula de Educação Física, os alunos se animam. Pintados e enfeitados, eles seguem as orientações da professora Keila, que explica de forma minuciosa



Arco e Flecha é um dos exercícios que trabalha a mira e a coordenação motora. Foto Nailana Thiely. ▲

as regras de cada atividade. No projeto, Keila incluiu esportes como o arco e flecha, o cabo de guerra, o arremesso de lança e a peteca, que andavam meio esquecidos na reserva Alto Rio Guamá. “A prática desses jogos estava muito abandonada em todas as aldeias. Coloquei para os alunos a proposta de reavivar essas tradições e eles gostaram bastante da ideia. Hoje em dia, até pedem mais aulas de Educação Física, para poderem competir”, conta a educadora.

De fato, a resposta positiva dos alunos é inegável, mas, o retorno veio da comunidade como um todo. A cada aula prática, no campo da aldeia, rapidamente se formam “torcidas”, formadas por membros da comunidade – antigos e jovens – que gritam incentivos e dicas para os alunos. “A competição está no nosso sangue. Todos gostam muito desse tipo de jogo. As aulas ficaram mais leves e participativas”, reforça Keila.

Além de envolver o físico dos alunos, funções específicas também são trabalhadas em cada exercício. “O cabo de guerra constrói a força, o arco e flecha trabalha a mira e a coordenação motora, da mesma forma que a peteca. Antes das aulas, fazemos alongamento e aquecimento, como uma aula regular, apenas os esportes são diferentes”, explica Keila, que ressalta estar apenas no início do próprio programa pedagógico. “Continuo pesquisando com os mais velhos e nos livros, quero criar um programa de aulas que resgate todas as nossas atividades”, conclui. ✿



▲ Professora indígena Tembê, Keila Jawyxi. Foto Nailana Thiely.

Práticas de saúde indígena esclarecidas em sala de aula

Parteiras e pajés acabaram perdendo espaço entre os habitantes da Terra Indígena Alto Rio Guamá. Para os professores Piná Tembê e Lourdes Bentes, o distanciamento da saúde tradicional se deu devido à desinformação. Agora, ambos encontraram na escola o meio ideal para esclarecer as tradições

Por Fernanda Martins

Há 14 anos, iniciava na reserva Tembê a implantação do subsistema de saúde, uma das medidas governamentais para atender aos direitos indígenas declarados na Constituição de 1988. Desde então, se observa certa resistência das novas gerações à medicina tradicional. Para contornar o problema, o professor e liderança Piná Tembê e a diretora da escola Félix Tembê, Lourdes Bentes, desenvolveram a cartilha Práticas de Cura Tradicional e Saúde Indígena: Uma abordagem sociológica, que leva o debate para estudantes do Ensino Médio, nas aulas de Sociologia. Desta forma, os docentes pretendem reavivar algumas práticas que andavam esquecidas nas aldeias, como, por exemplo, o parto normal auxiliado pelas índias parteiras e a medicina preventiva dos pajés.

As medicinas ocidental e tradicional vivem um conflito constante nas aldeias da reserva. “A repressão à nossa cultura mudou a postura dos curandeiros. Toda a parte tradicional da nossa medicina vai, aos poucos, sendo esquecida e deixada de lado. A experiência de pajés e parteiras vem sendo posta em segundo plano”, explica Lourdes. Remédios de farmácia, médicos e enfermeiros foram aos poucos conquistando a preferência do índio. Esta preferência crescente ressalta o fato de o subsistema de saúde indígena apresentar falhas no atendimento aos Tembé. Porém, para os docentes, essa desconfiança parte da falta de informações.

“Conversando com os alunos, percebemos que eles desconheciam o que de fato faz o pajé, ou a parteira. Eles acreditavam que as técnicas utilizadas por eles não eram mais viáveis, por isso o índio teria recorrido aos métodos da medicina ocidental, o que não é verdade”, observa Piná, que também atua como Conselheiro de Saúde na reserva. Dentro das práticas médicas tradicionais dos Tembé, há um grande

trabalho de prevenção, que é promovido com festas e festivais, por exemplo a Wiraohaw (também conhecida como Festa da Menina Moça), que reúne e celebra as meninas que tiveram a primeira menstruação e traz orientações sobre as mudanças.

O retorno obtido com os alunos foi impressionante. Ao descobrirem que a parteira tem plena capacidade e conhecimentos para realizar um parto normal dentro da própria aldeia, ou que a medicina preventiva pregada pelos pajés pode ser ainda mais eficiente que a medicina ocidental, eles se mostraram muito dispostos a abraçar a saúde tradicional e equipara-la à saúde oficial. “Isso é apenas um começo. Quando o jovem compreende e respeita o conhecimento tradicional, ele fortalece os laços com os mais velhos, o que beneficia toda a comunidade”, opina a diretora. ✿



◀ Professor e liderança indígena, Piná Tembé e a diretora da escola Félix Tembé, Lourdes Bentes. Foto Nailana Thiely.



Formação Intercultural Indígena no Pará

Por Mara Jucá*

Os povos indígenas há muito tempo vinham reivindicando uma educação feita por eles, e não mais para eles. Uma educação intercultural que incluíse a ideia do intercâmbio entre ciência e saberes locais, da interdependência entre teoria e prática socioculturais, da negociação entre indivíduos de culturas diferentes, baseada no princípio fundamental do diálogo e do respeito.

Essas populações indígenas não admitiam mais que o processo educacional, direcionado a elas, considerasse um modelo copiado de outro povo, com outras vivências e visões de mundo. Um modelo, que desconsiderava as suas realidades culturais, seus conhecimentos de mundos, ensinamentos e cosmovisões.

Assim, depois de muita luta, em 1996 foi promulgada a Lei de Diretrizes e Bases, nº 9.394, que definiu como dever do Estado com a colaboração do Ministério da Cultura e do órgão federal indigenista a oferta de uma educação escolar bilíngue e intercultural, com o objetivo de fortalecer as práticas socioculturais e a língua materna dos povos e comunidades indígenas, bem como lhes assegurar o acesso aos conhecimentos técnico-científicos da sociedade não-indígena.

Nesse contexto, no ano de 2012, a Universidade do Estado do Pará (Uepa), por meio do Núcleo de Formação Indígena (Nufi) vinculado à Pró-Reitoria de Graduação (Prograd), ofertou o primeiro Curso de Licenciatura Intercultural Indígena, visando garantir aos povos indígenas formação superior, realização de pesquisas, atividades de extensão e formação continuada, de acordo com as suas necessidades e realidades.

O desenho curricular do curso foi pensado com o objetivo de atender às reivindicações dos indígenas, por uma educação intercultural e bilíngue, respeitando a especificidade desse segmento social, por isso o currículo está dividido em três etapas: a primeira, propõe um nivelamento acadêmico; a segunda, disciplinas que contribuem para a Formação Geral do acadêmico indígena; e a terceira, aplicação de conteúdos para formação específica nas áreas de Ciências Humanas





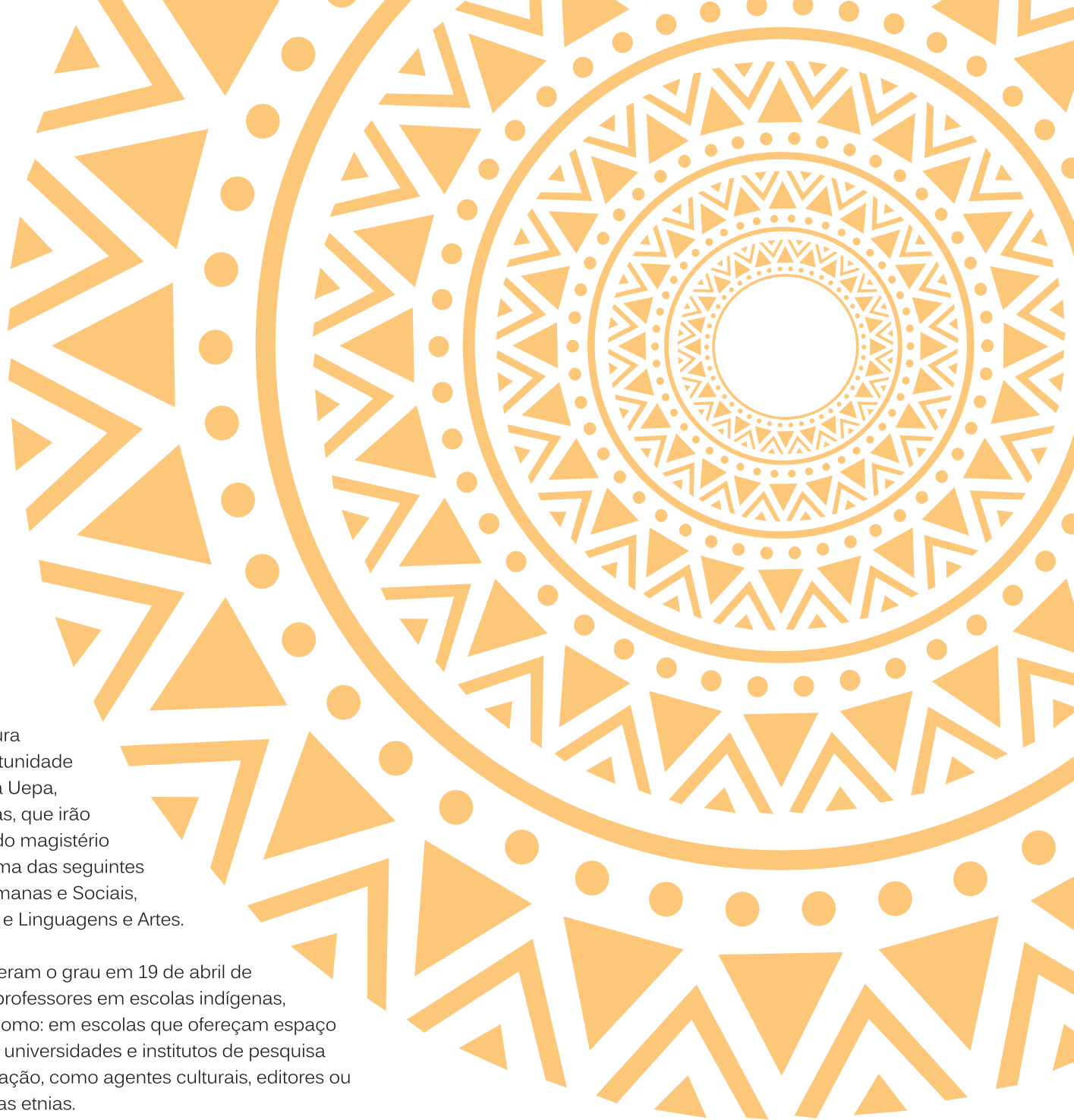
Acima, defesa de TCC de dois alunos Tembê. Ao lado, na aldeia dos Gavião, momento durante Estágio Supervisionado. Foto Arquivo Pessoal. ▲

e Sociais, Ciências da Natureza e Matemáticas, e linguagens e Artes. E ainda, por se tratar de uma licenciatura todos os alunos devem passar por um Estágio Supervisionado, dividido em duas etapas; e ainda, por uma disciplina intitulada “Prática como componente curricular”, que diz respeito a um Projeto Integrado de Práticas Pedagógicas Interculturais Indígenas, que objetiva a aplicação de projetos educacionais às suas comunidades, com foco em temas transversais como: ética, cidadania, saúde e preservação do Meio Ambiente, perfazendo uma carga horária total de 960 h/a.

As três primeiras etnias a serem contempladas com a formação no estado do Pará foram os Tembê do Guamá, que habitam em aldeias localizadas às proximidades do município de Capitão Poço; os Gavião, que habitam a Terra Indígena Mãe Maria, próximo do município de Marabá; e ainda, os Surui-Aikewara, que habitam a Terra Indígena Sororo, situada no sudeste do Pará, no município de São João do Araguaia, a cerca de 100 quilômetros do município de Marabá.

Assim, durante quatro anos, tanto os indígenas como nós, docentes que os acompanhamos durante o Curso, enfrentamos toda a sorte de dificuldades – adequação ao ambiente cultural, perigos no traslado para as aldeias, distância física das famílias, falta de recursos tecnológicos, entre outras dificuldades, que se tornaram irrelevantes a medida que avançávamos na conquista de nosso objetivo, que era o de levar a nossa contribuição para a melhoria da Educação Escolar Indígena. As dificuldades foram minimizadas pelo estreitamento e fortalecimento dos laços de amizade, e sobretudo, pelo prazer de termos acompanhado a dedicação e o crescimento de cada um desses alunos no decorrer dos quatro anos da licenciatura.

Experiência única. Foram muitos os conhecimentos e vivências compartilhadas, por exemplo, pelo “Programa Ação Saberes Indígenas na Escola” ofertado pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), vinculada ao Ministério da Educação (MEC), em que tivemos oportunidade de desenvolver ações investigativas e formativas envolvendo linguagens interculturais, culturas tradicionais e seus contextos escolares, tendo em vista a produção de materiais didáticos e paradidáticos, que a partir de agora orientarão a prática desses professores na escola indígena.



O êxito obtido no Curso de Licenciatura Intercultural Indígena nos deu a oportunidade de consolidar o projeto proposto pela Uepa, de formação de professores indígenas, que irão atuar como habilitados ao exercício do magistério na Educação Básica com foco em uma das seguintes áreas de concentração: Ciências Humanas e Sociais, Ciências da Natureza e Matemáticas e Linguagens e Artes.

Esses novos profissionais, que receberam o grau em 19 de abril de 2016, além de poderem atuar como professores em escolas indígenas, poderão também atuar em setores, como: em escolas que ofereçam espaço para uma educação intercultural, em universidades e institutos de pesquisa na realização de estudos sobre educação, como agentes culturais, editores ou tradutores dos conhecimentos de suas etnias. Com a certeza do dever cumprido, desejamos boa sorte aos primeiros licenciados indígenas do estado do Pará. ✿

Que venham novas turmas!

Foto Arquivo Pessoal



Docente do Departamento de Línguas e Literaturas da Uepa. Possui Mestrado em Linguística (UFPA). Doutoranda pelo Programa de Pós-graduação DINTER USP-FFLCH-UEPA - Linha de pesquisa: Gramática do Português e de Línguas em contato.

Participe: Tenha seu material publicado. Envie seu artigo para ascom@uepa.br



Siga a Uepa no Instagram
@UepaOficial